

**1**

**2**

# **3 - LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**

Este capítulo apresenta o arcabouço legal que regulamenta a implantação do complexo automotivo de testes e lazer - **SP Races**, no que tange aos diplomas legais ambientais nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

## **3.1 - LEGISLAÇÃO FEDERAL**

### **3.1.1- Resolução CONAMA nº 001, de 23 de junho de 1986**

Trata da apresentação de Estudo de Impactos Ambientais e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental, para obtenção do licenciamento ambiental quando o empreendimento apresentar significativo impacto ambiental.

### **3.1.2- Constituição Federal de 15 de dezembro de 1988**

#### **Capítulo VI - Do Meio Ambiente**

Artigo 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição.

Artigo 91, parágrafo 1º - Compete ao Conselho de defesa Nacional:

III - propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.

### **3.1.3- Lei Federal n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Alterada pela lei n.º 7.803/89)**

Artigo 2º - Estabelece o Código Florestal.

Essa lei estabelece que as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum.

Define áreas de preservação permanente, tipos de contravenções e respectivas penalidades, e atribui competências, entre outras determinações.

O curso d'água mais próximo do empreendimento é o Rio Tietê que em sua posição mais próxima possui largura entre 10 e 20 metros e está a aproximadamente 380 metros. A supracitada lei define, para cursos d'água que tenham de 10 a 50 metros de largura, uma área de preservação permanente correspondente a uma faixa de 50 metros a partir de suas margens, concluindo-se então que não há qualquer interferência com esta área protegida.

Artigo 3º - Dispõe sobre o novo Código florestal. Segundo o artigo 3º, consideram-se também áreas de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção e a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas.

### **3.1.4- Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Já alterada pela Lei n.º 7.804/89)**

Estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, cria o Conselho Superior do Meio-Ambiente - CSMA, e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

Em seu artigo 17 institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam às atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

O Anexo VIII desta Norma Legal lista as atividades consideradas potencialmente poluidoras, encontrando-se entre elas a atividade de lavra a

céu aberto, estando sujeita, portanto, ao pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA cujos valores são apresentados em tabela no Anexo IX. Esses valores foram fixados de acordo com o porte da empresa, classificadas como microempresa, empresa de médio porte ou empresa de grande porte, conforme critérios definidos no Artigo 17-D.

### **3.1.5- Resolução CONAMA nº 05, de 15 de junho de 1989**

Institui o PRONAR - Programa Nacional de Controle de Qualidade do Ar. Estabelece dois tipos de padrões de qualidade do ar: os primários e os secundários, e enquadra as áreas do território brasileiro de acordo com a classificação de usos pretendidos: Classe I, Classe II e Classe III.

### **3.1.6- Resolução CONAMA n.º 01, de 08 de março de 1990**

A Resolução CONAMA 01 de 08/03/90 “Estabelece Normas a serem obedecidas, no interesse da saúde, no tocante à emissão de ruídos”, adotando como referência a Norma NBR 10.151 - Avaliação de Ruído em Áreas Habitadas visando o Conforto da Comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Estabelece ainda que a emissão de ruídos produzidos por veículos automotores e os produzidos no interior dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas expedidas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e pelo órgão competente do Ministério do Trabalho.

### **3.1.7- Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990**

Dispõe sobre a expedição das licenças ambientais, representadas pela Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.

### **3.1.8- Resolução CONAMA 03, de 28 de junho de 1990**

Dispõe sobre a Qualidade do Ar, definições e padrões.

### **3.1.9- Decreto Federal nº 750, de 10 de fevereiro de 1993**

Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos

estágios avançado e médio de regeneração de Mata Atlântica, e dá outras providências.

### **3.1.10- Resolução CONAMA nº 001, de 31 de janeiro de 1994**

Orienta os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado de São Paulo.

### **3.1.11- Resolução CONAMA n. ° 09, de 24 de outubro de 1996**

Define corredor entre remanescentes de vegetação.

### **3.1.12- Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997**

Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental, em cujo Anexo I define as atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.

### **3.1.13- Lei Federal n. ° 9.605, de 13 de fevereiro de 1998**

Dispõe sobre a Lei de crimes ambientais. A seção 1 do capítulo V trata dos crimes contra a fauna, prevendo punição para os infratores.

### **3.1.14- Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000**

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

### **3.1.15- Resolução CNRH nº16, de 08 de maio de 2001**

Estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos. A outorga confere o direito de uso de recursos hídricos condicionado à disponibilidade hídrica e ao regime de racionamento, sujeitando o outorgado à suspensão da outorga.

### **3.1.16- Resolução CONAMA nº 278, de 24 de maio de 2001**

Dispõe sobre a exploração de espécies da flora nativas ameaçadas de extinção.

### **3.1.17- Resolução CONAMA nº 302, de 20 de março de 2002**

Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno, definindo o que é reservatório artificial, as distâncias de acordo com sua localização (rural ou urbana), como também seu uso.

### **3.1.18- Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002**

Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente definindo no artigo 2º o que é nível mais alto, nascente, etc., e no artigo 3º estabelece as distâncias mínimas das APP's.

### **3.1.19- Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005**

Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Esta resolução revoga a Resolução CONAMA nº 20 de 18 de junho de 1986.

### **3.1.20- Resolução CONAMA nº 396, de 29 de março de 2006**

Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP).

## **3.2 - LEGISLAÇÃO ESTADUAL**

### **3.2.1- Constituição do Estado de São Paulo**

O lançamento de efluentes e esgotos urbanos e industriais sem o devido

tratamento, não pode ocorrer diretamente nos corpos d'água.

### **3.2.2- Lei nº 898, de 18 de dezembro de 1975**

Disciplina o Uso do Solo para a proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo, e dá providências correlatas.

### **3.2.3- Lei Estadual n. ° 997, de 31 de maio de 1976**

Dispõe sobre o controle da poluição no meio ambiente. Esta Lei instituiu o Sistema de Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente.

Conforme estabelecido no artigo 3º fica proibido o lançamento ou liberação de poluentes na água, no ar e no solo.

Segundo o artigo 5º, a instalação, construção ou a ampliação, bem como a operação ou o funcionamento das fontes de poluição que forem enumeradas no Regulamento desta lei (ver Decreto abaixo), ficam sujeitas à prévia autorização do órgão estadual de controle da poluição do meio ambiente, mediante licenças prévias, de instalação e de funcionamento.

### **3.2.4- Decreto nº 8.468, de 08 de setembro de 1976**

Aprova o Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.

Em seu artigo 2º proíbe o lançamento ou a liberação de poluentes nas águas, no ar ou no solo.

Em referência à poluição das águas, classifica as águas interiores situadas no território do Estado, estabelece os padrões de qualidade para cada classe e os padrões de emissão para efluentes, além de outras determinações.

Quanto à poluição do ar, define regiões para o controle de qualidade do ar, estabelece os padrões de qualidade do ar e os padrões de condicionamento e projeto para fontes estacionárias, destacando-se, neste último, os artigos 35 e 36 para o presente estudo.

O artigo 57 considera fontes de poluição, e portanto, obrigadas ao licenciamento para instalação e funcionamento, as atividades de extração e tratamento de minerais.

### **3.2.5- Decreto Estadual no 10.755, de 22 de**

## **novembro de 1977**

Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, e dá providências correlatas

### **3.2.6- Lei Estadual nº 7803, de 18 de julho de 1989**

Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nº 6.535, de 15 de julho de 1978 e 7.511, de 07 de julho de 1986.

### **3.2.7- Portaria DEPRN nº 08, de 20 de novembro de 1989**

Estabelece normas para a supressão de vegetação nativa sucessora em estágios iniciais de regeneração e de árvores isoladas.

### **3.2.8- Portaria IBAMA nº 1.522, de 19 de dezembro de 1989**

Refere-se a lista oficial de espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção no Brasil.

### **3.2.9- Portaria DEPRN nº 11, de 18 de março de 1986**

Estabelece normas para a exploração de florestas nativas primárias ou em estágios médios e avançados de regeneração e dá outras providências.

### **3.2.10- Lei Estadual nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991**

Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

### **3.2.11- Lei Estadual nº 7.750, de 31 de março de 1992**

Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e dá outras providências.

### **3.2.12- Portaria IBAMA nº 45-N, de 27 de abril de**



## **1992**

Refere-se a lista oficial de espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção no Brasil.

### **3.2.13- Resolução SMA/IBAMA nº 02, de 12 de maio de 1994**

Regulamenta o art. 4º do Decreto Federal 750, de 10 de Fevereiro de 1993, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica, no Estado de São Paulo.

### **1.1.1- Resolução SMA/IBAMA nº 05, de 04 de novembro de 1996**

Acrescenta dispositivos a Resolução Conjunta 2, de 12-5-94, que regulamenta o artigo 4º do Decreto Federal 750, de 10-2-93 dispondo sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração de Mata Atlântica no Estado de São Paulo.

### **3.2.14- Portaria DAEE nº 717, de 12 de dezembro de 1996**

Aprova a norma e anexos que disciplinam o uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Estado de São Paulo.

Esta Norma é aplicada à implantação de empreendimentos que demandem a utilização de recursos hídricos; à execução de obras e serviços que interfira com os recursos hídricos superficiais; à execução de obras para exploração de águas subterrâneas; ao uso de recursos hídricos, para qualquer finalidade, bem como à regularização dos usos existentes.

### **3.2.15- Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997**

Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

### **3.2.16- Resolução Conjunta DAEE/SMA Nº 2, de 07 de abril de 1997**

Dispõe sobre os procedimentos de licenciamentos ambiental, em áreas de

preservação permanente, de obras, empreendimentos e atividades de desassoreamento, construções, reforma e ampliação de tanques, açudes e barramentos de corpos d'água.

### **3.2.17- Portaria DAEE nº 01, de 02 de janeiro de 1998**

Disciplina a fiscalização, as infrações e penalidades previstas na Lei Estadual nº 7.663 de 30/12/91, relacionadas à outorga de uso dos recursos hídricos.

### **3.2.18- Decreto Estadual nº 42.838, de 04 de fevereiro de 1998**

Dispõe sobre as espécies da fauna silvestre ameaçada de extinção e as provavelmente ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

### **3.2.19- Lei Estadual nº 6.134, de 02 de junho de 1998**

Dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

### **3.2.20- Decreto Estadual nº 43.284, de 03 de julho de 1998**

Regulamenta as Leis nº 4.023, de 22 de maio de 1984, e nº 4.095, de 12 de junho de 1984, que declaram áreas de proteção ambiental as regiões urbanas e rurais dos Municípios de Cabreúva e Jundiá, respectivamente, e dá providências correlatas.

### **3.2.21- Lei Estadual nº 10.780, de 09 de março de 2001**

Dispõe sobre a reposição florestal no Estado de São Paulo e dá outras providências.

### **3.2.22- Resolução SMA nº 21, de 21 de novembro de 2001**

Fixa orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas.

### **3.2.23- Portaria DEPRN nº 5, de 18 de janeiro de 2002**

Define o valor e o modo pelo qual se fará a compensação ambiental para os casos de supressão de vegetação nativa e corte de árvores isoladas.

### **3.2.24- Decreto Estadual nº 47.400, de 04 de dezembro de 2002**

Regulamenta os dispositivos referentes ao licenciamento ambiental; estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação; estabelece prazo de análise dos requerimentos e licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.

### **3.2.25- Decreto Estadual nº. 47.397, de 04 de dezembro de 2002**

Dá nova redação ao Título V e ao Anexo 5 e acrescenta os Anexos 9 e 10, ao Regulamento da Lei nº 997, de 31 de Março de 1.976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de Setembro de 1.976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.

### **3.2.26- Resolução SMA nº45, de 12 de novembro de 2003**

Institui que as APAs de Cajamar, Jundiaí e Cabreúva devem ser geridas pelo mesmo conselho gestor.

### **3.2.27- Resolução SMA nº 18, de 03 de março de 2004**

Dispõe sobre a criação da Câmara de Compensação Ambiental, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente.

## **3.3 - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

### **3.3.1- Lei Municipal nº 1.817, de 27 de outubro de**

## **1978**

Dispõe sobre a classificação das zonas de uso do solo no município de Cabreúva e dá outras providências.

### **3.3.2- Lei Municipal 3.672/91**

Dispõe sobre a criação da Reserva Biológica da Serra do Japi.

### **3.3.3- Lei Municipal no 3.776, de 17 de julho de 1995**

Estabelece o Plano Diretor do município de Cabreúva, incluindo o zoneamento do território.

### **3.3.4- Lei nº1.660, de 04 de maio de 2004**

Institui a política municipal de recursos hídricos, estabelece normas e diretrizes para a recuperação, preservação e conservação dos recursos hídricos e cria o sistema municipal de gerenciamento dos recursos hídricos, e dá outras providências.

### **3.3.5- Lei Complementar nº 273, de 13 de dezembro DE 2004**

Institui o plano diretor Municipal de Cabreúva/SP, e incorpora os princípios e instrumentos da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da cidade, e dá outras providências.

### **3.3.6- Lei Complementar nº 287, de 08 de setembro de 2005**

Regulamenta a fiscalização de obras no Município de Cabreúva e dá outras providências.

### **3.3.7- Lei Complementar nº 288, de 08 de setembro de 2005**

Disciplina e institui a Lei de parcelamento, uso e ocupação do solo do Município de Cabreúva, e dá outras providências.

### **3.3.8- Lei Complementar nº 291, de 22 de dezembro de 2005**

Acrescenta parágrafos únicos aos artigos 33 e 47, e altera redação dos dispositivos contidos no Inciso II, do artigo 25; Alínea “C” do Inciso V, do artigo 25; artigo 45, “Caput”, e Alínea “J”, Item 1, Inciso I, do artigo 46, da Lei Complementar nº 288, de 08 de setembro de 2005, que disciplina e institui a Lei de Parcelamento, uso e ocupação de solo do Município de Cabreúva, e dá outras providências.

### **3.3.9- Lei Municipal n-º 4.876 de 15 de março de 2006**

Define acidente poluidor e responsabiliza o infrator as penalidades e ao pagamento de multas quando este vier a causar lançamento de resíduos e define o grau de intensidade do dano causado para a fixação da multa.